



Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Ata

Reunião de 21 de Julho de 2021

Ao vigésimo primeiro dia, do mês de julho, de dois mil e vinte e um, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu, via *online*, o Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONCIG, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 – Aprovação da ordem de trabalhos; -----
- 2 – Aprovação da ata da 19ª (décima nona) reunião do CONCIG; -----
- 3 – Apresentação do projeto PATTERN (Prevenir e Combater a Violência Doméstica Contra Mulheres Ciganas) do Centro de Estudo para a Intervenção Social, adiante designado CESIS; ----
- 4 – Balanço da execução da ENICC 1º semestre; -----
- 5 – Outros assuntos;-----

Presidiu à reunião a Senhora Alta-comissária para as Migrações, Sónia Pereira, doravante designada por Alta-comissária, que nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro, preside ao CONCIG. A secretariar a Alta-comissária esteve o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), composto por Marisa Horta, coordenadora, e pelos técnicos do gabinete, Maria Inês Carapinha, Berill Baranyai, Luís Pinto, Teresa Vieira e Francisco Azul. -----

Estiveram presentes na reunião os/as seguintes conselheiros/as do CONCIG: -----
Cristina Milagre - Gabinete da Secretária de Estado para Integração e Migrações; Maria José Casa-Nova - Coordenadora da Observatório das Comunidades Ciganas; Maria José Vicente - Representante de instituições que trabalham com pessoas ciganas – EAPN; Francisco Monteiro - Representante de instituições que trabalham com pessoas ciganas - Obra Nacional de Pastoral dos Ciganos; Maria do Rosário Carneiro - Cidadã de reconhecido mérito; Alexandra Castro - Investigador/a com trabalho relevante sobre pessoas ciganas – ISCTE; Bruno Gonçalves - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - Letras Nómadas - Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas; Sónia Matos - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - AMUCIP – Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas; Luís Romão - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - Sílabas Dinâmicas - Associação Intercultural; Noel Gouveia - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - Agarrar Exemplos – Associação e Desenvolvimento e Promoção das Comunidades Ciganas; Osvaldo Grilo - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - ASRCCC – Associação Social Recreativa Cultural Cigana de Coimbra; Vítor Almeida - Representante da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género; Alexandra Botelho - Representante do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais; Aida Brito - Representante da



Direção-Geral da Educação, em substituição da conselheira Lina Varela; Ana Cristina Pessoa - Representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Fátima Botão - Representante da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.; Rui Loureiro - Representante do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., em substituição da conselheira Adélia Costa; Rosário Farmhouse - Representante da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens; Rita Mendes - Representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.;-----

A Sra. Alta-comissária deu início à reunião pelas dez horas e quarenta minutos, quando a coordenadora do NACI contabilizou a presença de quórum suficiente para dar início a reunião, dezoito conselheiros/as . -----

Deu-se início ao ponto 1 da reunião com a aprovação da ordem de trabalhos enviada no dia 22 de março 2021.-----

Não existindo qualquer objeção, a ordem de trabalho foi aprovada por unanimidade.-----

De seguida, a Sra. Alta-comissária passou ao ponto 2 (aprovação da ata), referido que foram recebidos contributos da conselheira Lina Varela da DGE, da Conselheira Fátima Botão da ANQEP e da conselheira Maria José Casa-Nova. Não existindo mais contributos ou objeções, a ata foi aprovada.-----

De seguida, atendendo que a Doutora Heloisa Perista do CESIS ainda não estava na reunião, decidiu a Sra. Alta-comissária passar primeiro ao ponto 4 da ordem de trabalho, que diz respeito à apresentação do balanço relativo à execução da ENICC no primeiro semestre e que foi apresentado pela coordenadora do NACI, Marisa Horta, deixando o ponto 3 para o momento seguinte-----

A Sra. Alta-comissária começou por referir que dos 148 indicadores com metas na ENICC, 77 apresentam metas para o ano 2021, sendo que destes, até à data, o ACM só recebeu reporte de 10 indicadores concretizados, embora vários indicadores já tenham sido reportados como estando em execução, correspondendo a 22 medidas. De seguida foi passada a palavra à coordenadora do NACI para a apresentação do balanço da execução da ENICC no primeiro semestre. Começou por referir que, da parte do ACM está prevista a concretização de todos os indicadores para este ano, sendo que, a título de exemplo, estão previstas 11 ações de formação às autarquias locais, já estando concluídas 10. Referiu ainda que da parte do ACM, o indicador que mais preocupa em termos de execução são as ações de formação às forças de segurança, já que estão previstas 20 ações que ainda não foram iniciadas apesar de terem início previsto para setembro de 2021, salientando que já foi articulado com o conselheiro representante da PSP. Também ainda não foi possível agendar a ação de formação prevista para a Associação Nacional de Proprietários, que é um dos indicadores que nos últimos dois anos não foi possível concretizar, havendo a expectativa de que este ano isso seja possível. De seguida, a Dra. Marisa Horta propôs fazer uma pequena ronda pelos parceiros presentes na reunião, de forma a poderem abordar eventuais constrangimentos ou dificuldades na execução das medidas previstas nas suas respetivas áreas de intervenção. Passou a palavra à



Conselheira da ANQEP, Dra. Fátima Botão, que referiu que da parte da ANQEP foi efetuado o planeamento do questionário aos Centros Qualifica, tendo também participado nas ações de formação aos municípios e referiu a existência de alguns constrangimentos na execução, que não permitiram o desenvolvimento de mais atividades e iniciativas. Em seguida foi dada a palavra ao Conselheiro da CIG, Dr. Vítor Almeida, que referiu que ainda não foi possível à CIG efetuar o reporte relativo ao primeiro semestre, pois ainda estão a aguardar o reporte de um parceiro com quem desenvolvem um projeto dedicado às comunidades ciganas, sendo que este reporte contempla a execução de uma medida prevista na ENICC. Quanto ao restante, indicou já ter agendado uma reunião com a coordenadora do NACI afim de planear e coordenar o segundo semestre, já que a CIG, em conjunto com o ACM, são responsáveis por várias medidas. Foi passada a palavra à Conselheira da CNPCJ, Dra. Rosário Farmhouse, que começou por referir que têm tido alguma dificuldade em chegar às 310 Comissões de Proteção de Crianças e Jovens existentes, já que a meta para este ano seria todas as comissões participarem nas ações de formação, sendo que nesta altura já tiveram formação 181 CPCJ. Salientou que a pandemia veio alterar bastante as dinâmicas e dificultar a plena execução desta meta. De seguida foi dada a palavra à Dra. Aida Brito, em representação da Conselheira Dra. Lina Varela da DGE, que mencionou que a DGE conseguiu terminar o guião pedagógico com orientações para a educação pré-escolar, que se encontra neste momento em fase de aprovação. Conseguiram também concretizar uma segunda turma de ação de formação em inclusividade e interculturalidade como dimensões críticas da educação de jovens e crianças das comunidades ciganas, sendo que ainda estão em fase de recolha de dados devido ao término tardio do ano escolar, mas contam atingir as metas estabelecidas na ENICC para o ano de 2021. Foi passada a palavra à Dra. Cristina Pessoa, Conselheira da DGESTE, que referiu que tem havido algumas falhas de comunicação que esperam ultrapassar, e que irão articular com a DGE no sentido de proceder ao reporte do primeiro semestre o mais breve possível. De seguida foi dada a palavra ao representante do IEFP Dr. Rui Loureiro, que se encontrava em substituição da Conselheira Dra. Adélia Costa, que disse que toda a estratégia do IEFP, incluindo a parte respeitante à ENICC, foi atingida pela pandemia, nomeadamente a área da formação. Salientou que estão a preparar, por um lado, uma aplicação informática que permite a monitorização dos indicadores da competência do IEFP, e por outro lado, estão também a preparar uma forma de sinalizar e gerir as boas práticas que vão sendo identificadas. No que diz respeito à execução dos indicadores previstos, referiu que está em linha com o previsto. Em seguida foi passada a palavra à Conselheira do IHRU, Dra. Rita Mendes, que referiu que o reporte foi enviado na data da reunião e que nesta altura não têm indicação que as metas previstas não serão alcançadas. Posteriormente foi dada a palavra à Dra. Alexandra Botelho, Conselheira do GEPAC, que referiu que a execução está a decorrer com os constrangimentos expectáveis, no entanto, a maior dificuldade que enfrentam são os indicadores que têm a seu cargo, como já foi reportado ao ACM. Mencionou ainda que, no quadro dos indicadores relativos à cultura, não encontram dados que permitam desagregar a



informação para reporte e que esta situação terá de ser alvo de revisão, até porque com o alargamento do Plano Nacional das Artes ao ensino superior, o seu impacto será maior. Por último, referiu que têm a expectativa de cumprir ou superar as metas estabelecidas, tendo sempre em conta a variável da pandemia que pode representar mais constrangimentos na execução das atividades programadas. Finalmente, a Dra. Marisa Horta apelou aos conselheiros e respetivas entidades, que efetuem o reporte da informação relativa à execução da ENICC o mais atempadamente possível, para se poder nestas reuniões dar a informação mais atualizada e, eventualmente, efetuar as correções que se julguem necessárias.-----

Passou-se então ao ponto 3 da ordem de trabalhos, a apresentação do relatório do projeto PATTERN (Prevenir e Combater a Violência Doméstica Contra Mulheres Ciganas), pela Dra. Heloísa Perista do CESIS. O projeto PATTERN é um projeto europeu, financiado pela União Europeia, promovido por cinco entidades parceiras em cinco países, a saber, Grécia, Bulgária, Portugal, Espanha e Roménia. Em Portugal, o CESIS conta com o ACM e a CIG como entidades parceiras do projeto a nível nacional. O projeto pretende contribuir para a prevenção e combate à violência doméstica contra mulheres ciganas nos cinco países participantes, e tem como principais objetivos: desenvolver protocolos que permitam a profissionais responder a situações de violência doméstica contra mulheres ciganas de forma compreensiva; promover a capacitação de pelo menos 350 mediadores/as interculturais ciganos/as e de profissionais que trabalham em serviços locais nas comunidades, sobre violência doméstica contra mulheres ciganas; promover a capacitação de pelo menos 100-150 mulheres ciganas sobre como reconhecer e reportar situações de violência doméstica e como atuar enquanto líderes de mudança nas suas comunidades; sensibilizar as comunidades ciganas para a construção de relações saudáveis e igualitárias; promover o acesso a conhecimento e informação sobre o fenómeno da violência doméstica contra mulheres ciganas. Realçou que a investigação PATTERN sobre violência doméstica nas comunidades ciganas, contou com a participação ativa de mulheres ciganas. Inicialmente foi apresentada a metodologia do projeto, tendo sido utilizada uma metodologia qualitativa, baseada em entrevistas em profundidade a mulheres ciganas, tendo sido adotada ao nível teórico, uma abordagem interseccional. Em seguida foi efetuada uma breve apresentação de como foi realizado o trabalho de campo e das suas condicionantes, bem como o enquadramento do fenómeno a nível nacional, tendo sido revelado o facto de existirem bastantes dados e estatísticas oficiais sobre violência doméstica contra as mulheres, no entanto, no que diz respeito às mulheres ciganas, a realidade é bem distinta, já que não existem dados desagregados ou estudos de prevalência sobre violência doméstica contra mulheres ciganas. Os estudos existentes sobre comunidades ciganas, concluem pela existência de violência doméstica nestas comunidades, sendo as mulheres as vítimas identificadas. Por outro lado, sabemos que a violência ocorre de forma transversal, independentemente da raça, etnia, cor de pele, estatuto social, político ou religioso das mulheres, pelo que ocorrerá igualmente contra mulheres ciganas. Posteriormente foram apresentadas algumas conclusões relativas aos dados recolhidos, sendo que as mulheres



ciganas percecionam a violência doméstica como um problema social grave e como crime, que ocorre contra as mulheres e na conjugalidade, sobretudo caracterizado pela violência física e psicológica, nas suas diversas manifestações. De seguida, foram abordados os motivos para a existência de violência doméstica (ciúme, sentimento de posse, autoridade masculina, etc.) e as formas de resolução destas situações nas comunidades ciganas (recurso à família e aos “mais velhos”, cumprindo a tradição da denominada “lei cigana”). No que diz respeito ao acesso aos serviços locais de intervenção comunitária, as mulheres entrevistadas consideram que essas entidades/serviços prestam informação e encaminhamento adequados, mas concluem que a informação sobre o fenómeno é escassa nas comunidades. Quanto às dificuldades sentidas pelas mulheres ciganas que são vítimas de violência doméstica, realça que as palavras mais verbalizadas neste contexto são “calar”, “aguentar”, “vergonha”, “medo”, “honra” e a “censura da própria comunidade”. Os constrangimentos identificados no recurso a serviços de apoio especializados e às polícias, estão sobretudo relacionados com a “tradição”, a baixa escolaridade e/ou iliteracia (que condicionam a apresentação de denúncia), o medo de represálias (colocar famílias contra famílias), o racismo e o preconceito contra pessoas ciganas, que tem como consequência o tratamento desigual e a inação, nomeadamente por parte das forças de segurança. Não obstante, as mulheres entrevistadas identificaram também mudanças que consideram ser positivas neste domínio: ao nível da transformação das comunidades ciganas em geral; maior apoio às filhas em caso de separação por motivo de violência doméstica; maior informação sobre os recursos existentes. No cômputo geral, identificam o presente como sendo mais abonatório quando comparado com o passado, estando as entrevistadas conscientes do seu direito a serem felizes.----- Terminada a apresentação do projeto e das suas conclusões, foi aberto um espaço de debate sobre a apresentação efetuada, efetuando-se duas questões de cada vez. Em primeiro lugar foi dada a palavra à Conselheira Cristina Milagre, que questionou a Doutora Heloísa Perista se conseguiria identificar especificidades da violência doméstica contra as mulheres ciganas relativamente à violência doméstica contra as mulheres em geral, e também se tem alguma informação relativa à reação das forças de segurança ao registo de denúncias de violência doméstica contra mulheres ciganas. De seguida foi passada a palavra à Conselheira Maria José Casa-Nova, que referiu que a questão da violência de género é transversal, solicitando também uma análise comparada relativamente à violência doméstica contra mulheres ciganas em comparação com a violência doméstica contra as mulheres em geral. A Doutora Heloísa Perista começou por responder que, uma boa parte dos traços encontrados no estudo efetuado são transversais à violência doméstica contra as mulheres, independentemente da sua pertença étnica, no entanto, existe um aspeto que ressalta, não só em Portugal como na maioria dos restantes países envolvidos no estudo, que está relacionado com o peso muito forte da família e da relação das mulheres com a família, bem como com a tradição cigana. Este é um traço específico que leva a dois tipos de consequências, por um lado, a maior dificuldade das mulheres ciganas denunciarem as situações de violência doméstica de que



possam ser vítimas, não só por medo de represálias contra elas próprias e suas crianças, mas contra as famílias envolvidas, e por outro lado, querendo proteger a boa imagem e honra da família, não querem assumir o ónus de criarem estas situações. Quanto à questão relativa à reação das forças de segurança, disse que uma das recomendações feita pela União Europeia a Portugal, no âmbito da monitorização da implementação da Convenção de Istambul, foi precisamente a verificação da desvalorização e descredibilização dos testemunhos de mulheres vítimas de violência doméstica, nomeadamente por parte das forças de segurança. No caso das mulheres ciganas esta tendência acaba por ser exacerbada, porque a polícia não só desvaloriza, como diz que é um assunto que deve ser resolvido dentro da própria comunidade e da família. No âmbito de uma análise comparada com os outros países participantes, destacou por exemplo, que o nível de literacia das mulheres ciganas espanholas é significativamente superior ao das mulheres portuguesas, que relativamente às condições materiais de existência, verifica-se que as mulheres portuguesas ciganas têm condições de vida pouco dignas, e por último, fez referência que dentro dos países participantes, Portugal e Espanha são os que possuem quadros legais e normativos relativamente à violência doméstica mais consolidados. De seguida foi dada a palavra ao Conselheiro Bruno Gonçalves, que referiu que existem alguns dados apresentados que considera importantes, nomeadamente no que diz respeito à tradição e à rapidez da justiça. Considera que o facto de as mulheres ciganas recorrerem à “lei cigana”, está relacionado com o facto de ser eficaz e mais rápida, tendo dado o exemplo de não haver registo nos últimos anos de mulheres ciganas assassinadas no contexto de violência doméstica, enquanto as mulheres não ciganas quando recorrem à justiça estão a correr riscos pois a justiça demora, sendo a “lei cigana” é muito mais rápida e com enormes represálias para o agressor. Ressalvou o facto de as comunidades serem cada vez mais diversas e não se poder negar que nas comunidades mais fechadas a violência possa ser vista como normal, sendo que a censura interna é muito forte para essas mulheres que vivem mais concentradas, mas mesmo nos casos onde as mulheres já são mais emancipadas continuam a recorrer à “lei cigana”, pois se recorrerem aos canais habituais nestas situações a resolução da situação pode levar meses ou anos. Referiu também que a iliteracia, a dificuldade de acesso aos serviços e, acima de tudo, a burocracia dos processos judiciais existem, mas que é a rapidez de resolução que as leva a recorrer à “lei cigana”, que continua a ser mais rápida e mais eficaz. Concordou, no entanto, que ainda não existe uma perceção relativamente à violência psicológica, que considerou ser tão grave quanto a violência física. Quanto ao comentário, a Doutora Heloísa Perista referiu que este recurso à “lei cigana” foi uma resposta que foi sistematicamente apresentada pelas mulheres entrevistadas no âmbito do estudo realizado como sendo o primeiro recurso ao qual recorrem. Concordou também que o nosso sistema judicial é ainda demasiado lento e não tem capacidade de dar resposta às necessidades e às situações de violência doméstica em geral. De qualquer forma, referiu que houve mulheres entrevistadas que referiram que existem casos tão graves que tiveram que recorrer às instituições, nomeadamente polícia e tribunais, sendo que nestes poucos casos



identificados, os resultados foram positivos. Referiu ainda que a perceção de não existirem mulheres ciganas assassinadas corresponde ao que foi respondido pelas mulheres entrevistadas, no entanto, visto que não existem dados desagregados, não é possível corroborar esta perceção. Finalmente, e relativamente à incidência da violência psicológica, disse que foi identificada conjuntamente com a violência física, pela ampla maioria das entrevistadas, ao contrário da violência financeira, sexual, entre outras, que foram referidas de forma residual. Referiu ainda que existiu um forte reparo das entrevistadas relativamente às consequências da violência psicológica, nomeadamente ao nível da saúde mental, do bem-estar, da auto-estima e da confiança em si próprias.-----

Passou-se de seguida ao ponto 5 da ordem de trabalhos, que disse respeito aos outros assuntos. Na sequência da carta enviada pela Conselheira Maria do Rosário Carneiro e das reações que lhe seguiram, foi apresentado um conjunto de infografias com mensagens positivas sobre os avanços e o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, nomeadamente no NACI. A Sra. Alta-comissária referiu ainda que nos últimos meses foram desenvolvidas um conjunto de iniciativas que contribuem para reforçar a mensagem que se quer passar, nomeadamente com o assinalar do Dia Internacional das Pessoas Ciganas através de um *webinar* organizado pelo ObCig, de vários cartões publicados na página de Facebook do ACM e da realização de um evento no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia, subordinado ao tema “Working Together for Roma Rights”, bem como da realização do evento de lançamento da 2ª edição do projeto Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas, e assinalou-se ainda o Dia Nacional das Pessoas Ciganas, com a realização de um seminário em Leiria, onde foi simbolicamente assinado um protocolo entre o IRHU e o ACM para a área da habitação. Mantêm-se também a realização de ações de formação em História e Cultura Cigana, sendo que todas estas iniciativas concorrem para o objetivo comum de passar uma mensagem mais positiva, e contrária a outras mensagens mais negativas relativamente às comunidades ciganas em Portugal. De seguida foi passada à palavra à Dra. Marisa Horta, para apresentação das infografias preparadas pelo NACI para esta finalidade. Foram apresentadas 4 (quatro) infografias, uma ligada à mediação intercultural, uma ligada à educação e às bolsas dos programas ROMA Educa e OPRE, uma ligada à formação sobre História e Cultura Cigana e uma sobre os protocolos de apoio financeiro em vigor, os programas FAPE e PAAC. Adicionalmente, pretende-se construir mais infografias com outros parceiros que abranjam outras áreas de intervenção. De seguida foi passada a palavra ao Conselheiro Francisco Monteiro, que disse querer fazer eco de um comentário do Sr. Fernando Moital, que trabalha com as comunidades ciganas nómadas compulsivas no Alentejo. Disse que a Procuradoria-Geral da República afirmou que a obtenção do cartão de cidadão para estas pessoas já é possível junto das câmaras municipais ou juntas de freguesia. Na sequência desta notícia referiu, que a Pastoral decidiu fazer uma queixa contra o Estado Português no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Posteriormente leu um e-mail enviado pelo Sr. Fernando Moital referente à situação vivida em vários municípios alentejanos, tendo neste



âmbito sugerido que o Governo promova uma cimeira com os presidentes das câmaras mencionadas, com o Instituto da Segurança Social, com o IEF, com o IHRU, com as associações ciganas locais e com outras organizações da sociedade civil, como por exemplo a ADC Moura. Foi passada a palavra de seguida à Conselheira, Rosário Farmhouse, que sugeriu a elaboração de brochuras com mitos e factos relativos às comunidades ciganas, pois é importante desmistificar com dados científicos aquilo que são as perceções da sociedade maioritária, à semelhança do que foi feito com os migrantes e refugiados. Posteriormente foi dada a palavra à Conselheira Maria do Rosário Carneiro, que disse querer esclarecer que o seu objetivo não passava por fazer nenhum panfleto, mas que o objetivo do e-mail que enviou em janeiro era de que fosse reposta a ideia de igualdade, que os cidadãos ciganos são portugueses e iguais a qualquer outro cidadão português. Referiu ainda que, num estado de direito, não é tolerável que cidadãos desse estado, sejam designados como os cidadãos ciganos foram designados. Disse que a proposta feita anteriormente relativa aos mitos e factos é muito interessante, mas ressaltou que os ciganos não são migrantes, nem refugiados, são cidadãos portugueses, e que fazer uma brochura deste tipo seria o mesmo que fazer uma para os alentejanos ou madeirenses. Disse ainda compreender que há mitos e factos que têm de ser desmistificados, principalmente relativamente à questão da “subsidiodependência”, onde existe claramente um mito. Acrescentou que o recurso ao RSI é transversal aos portugueses mais pobres e não é exclusivo e desproporcional nas comunidades ciganas, quando comparado com a restante população. Considera que as infografias apresentadas representam todo o trabalho e esforço que tem sido feito, na senda da integração de uma parte da população portuguesa que ainda se encontra em situação de exclusão, reforçada pelas suas características culturais e étnicas específicas. A Sra. Alta-comissária referiu a importância desta partilha de viva voz das razões e intenções subjacentes ao e-mail enviado, bem como a importância de identificar mitos e factos da sociedade portuguesa contemporânea, em vez de se focar em comunidades concretas. Foi passada a palavra à Conselheira Maria José Casa-Nova, que considera que é importante desconstruir e desmistificar este senso comum, através de ações de formação com agentes dos mais diversos quadrantes. Referiu que o ObCig realizou o ano passado mais de 1000 (mil) horas de formação e este ano já realizou cerca de 700 (setecentas) horas de formação, tendo também através das *newsletters*, que incluem a participação de atores ciganos a falar sobre os seus quotidianos, inseridos nos mais diversos setores do ponto de vista profissional. No que diz respeito à desconstrução de estereótipos, referiu que esse trabalho pedagógico e incisivo, deve e pode ser feito através de textos para o efeito, disseminados na comunicação social. Neste âmbito, a Sra. Alta-comissária destacou a abrangência que tiveram os *posts* do ACM no Facebook relativamente à comemoração do Dia Nacional das Pessoas Ciganas, dando o exemplo do *post* do Ricardo Quaresma que atingiu mais de 489 000 (quatrocentas e oitenta e nove mil) pessoas, e no conjunto dos *posts* atingiu-se mais de 550 000 (quinhentas e cinquenta mil) pessoas. De seguida foi dada a palavra à Conselheira Cristina Milagre, para partilhar informação relativamente à população cigana



itinerante e ao seu acesso ao cartão de cidadão. A Conselheira referiu que a situação das populações itinerantes é gravíssima, sendo de notar a falta de dados mais finos sobre a sua situação e estando neste contexto a ser preparado um levantamento de dados mais concretos sobre estas populações nacionais, que deverá arrancar ainda este ano. Destacou ainda duas situações urgentes, em primeiro lugar a situação relativa ao acesso e obtenção de cartão de cidadão por nacionais itinerantes, referiu que se encontra na Assembleia da República uma proposta de lei do Governo, que já tendo sido aprovada na generalidade, baixou agora para aprovação na especialidade. É uma proposta genérica, mas que tem um artigo (13º) que se refere a cidadãos sem residência fixa, podendo ser indicada, para cidadãos sem endereço postal físico, as moradas da Junta de Freguesia ou Câmara Municipal, do serviço territorialmente competente da Segurança Social e de uma associação ou entidade da sociedade civil sem fins lucrativos. Neste sentido, foi solicitado aos Conselheiros que partilhem ideias, sugestões e contributos para uma melhor operacionalização desta situação. Em segundo lugar, mencionou a necessidade de todos os organismos públicos e entidades da sociedade civil apoiarem na identificação de situações relativas à vacinação, quem já está vacinado e quem não está, no sentido de assegurar que o máximo de população adulta está vacinada ou informada sobre a vacinação. Voltou neste contexto, a solicitar o apoio aos contributos por parte dos Conselheiros. A Sra. Alta-comissária referiu que se fará o *follow up* destas questões por e-mail.-----

Após se verificar que não havia mais intenções de intervenção, a Sra. Alta-comissária deu por terminada esta reunião.-----

21 de julho de 2021